



Enap

Contabilidade com Foco na Gestão da Informação Contábil

Módulo

3

Critérios Gerais de
Evidenciação nas DCASP



Fundação Escola Nacional de Administração Pública

Presidente

Diogo Godinho Ramos Costa

Diretor de Educação Continuada

Paulo Marques

Coordenador-Geral de Educação a Distância

Carlos Eduardo dos Santos

Conteudista/s

Diego Rodrigues Boente, (Conteudista do curso presencial, 2019)

Rodrigo Pereira Neves, (Conteudista do curso presencial, 2019)

Equipe responsável:

Letícia Araújo Félix, (Coordenadora da transposição, 2021)

Juliana Bermudez Souto de Oliveira (Revisora, 2021)

Francisco Molina (Coordenador Web, 2021)

Simone Bertúlio (Coordenadora multimídia, 2021)

Thiago Carlos da Silva (implementador Rise360, 2021)

Marcos Tércio (implementador moodle, 2021)

João Cavalcante (Desenhista gráfico, 2021)

Vanessa Mubarak (Diagramação, 2021)

Curso produzido em Brasília 2021.

Desenvolvimento do curso realizado no âmbito do acordo de Cooperação Técnica FUB / CDT / Laboratório Latitude e Enap.



**Escola Nacional de
Administração Pública**

Enap, 2021

Enap Escola Nacional de Administração Pública

Diretoria de Educação Continuada

SAIS - Área 2-A - 70610-900 — Brasília, DF



Sumário

Unidade 1: Natureza, Localização, Seleção e Exposição da Informação	5
1.1 Natureza da informação contábil	5
Unidade 2: Relatório Contábil de Propósito Geral (RCPG)	8
2.1 Localização e seleção de informação contábil	8
Unidade 3: Desenvolvendo um Relatório Contábil	15
3.1 Exposição da informação contábil	15
Unidade 4: Siconfi e Matriz de Saldos Contábeis (MSC).....	20
4.1 Siconfi	20
4.2 Matriz de Saldos Contábeis (MSC).....	21
Referências	23





Módulo 3 Critérios Gerais de Evidenciação nas DCASP

Unidade 1: Natureza, Localização, Seleção e Exposição da Informação

Ao final desta unidade, você deverá ser capaz de reconhecer os aspectos de cada natureza de informação.

1.1 Natureza da informação contábil

A metodologia utilizada para a estruturação do PCASP considera três grandes grupos de natureza de informação, divididos conforme as características dos atos e dos fatos registrados na conta contábil. Acompanhe, no quadro a seguir, as definições de cada natureza de informação:

Natureza de Informação

Patrimonial	Orçamentária	Típica de Controle
“[...] fatos [...] relacionados com a composição do patrimônio público e suas variações qualitativas e quantitativas.” (BRASIL, 2018, p. 388).	“[...] atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.” (BRASIL, 2018, p. 388).	“[...] atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade [...], bem como aqueles com funções específicas de controle.” (BRASIL, 2018, p. 388).

A distinção entre os grupos natureza de informação patrimonial e orçamentária pode ser compreendida a seguir:



Patrimonial

Segue os princípios contábeis.
Ocorrência do fato gerador.

VPA = Receita Patrimonial → Fato Gerador.
VPD = Despesa Patrimonial → Fato Gerador.

Orçamentária

Segue a regra orçamentária prevista na Lei nº 4.320/1964.

Receitas Orçamentárias → Arrecadadas.
Despesas Orçamentárias → Empenhadas.

As contas de natureza de informação típica de controle não seguem uma regra comum, pois tratam de informações diversas.

Com isso, o PCASP distribui as informações em classes de conta contábil, apresentadas a seguir:

Componentes do PCASP					
Natureza de Informação	Código da Classe contábil Devedora	Nome da Classe contábil Devedora	ITENS	Nome da Classe contábil Credora	Código da Classe Contábil Credora
Patrimonial	1	ATIVO	ATIVO	PASSIVO	2
			PASSIVO		
	Patrimônio Líquido				
3	Varição Patrimonial Diminutiva	Variações Patrimoniais	Varição Patrimonial Aumentativa	4	
Orçamentária	5	Controle da Aprovação do Planejamento e Orçamento	Controles Orçamentários	Controle da Execução do Planejamento e Orçamento	6
Típica de Controle	7	Controles Devedores	Atos Potenciais	Controles Credores	8
			Administração Financeira		
			Dívida Ativa		
			Riscos Fiscais		
			Consórcios Públicos		
Custos					



Cabe conceituar alguns termos importantes:

- **Ativo**
Compreende os recursos controlados por uma entidade como consequência de eventos passados e dos quais se espera que fluam benefícios econômicos ou serviços futuros à unidade.
- **Passivo**
Compreende as obrigações oriundas de eventos passados cuja liquidação resulta em fluxo de saída de recursos que incorporem benefícios econômicos ou serviços em potencial.
- **Patrimônio Líquido**
Compreende a diferença entre o ativo e o passivo. No entanto, representa a participação societária, a reserva de capital e os lucros acumulados.
- **Variação Patrimonial**
Compreende o impacto no benefício econômico durante o período contábil.
- **Variação Patrimonial Diminutiva**
Compreende o decréscimo no benefício econômico durante o período contábil sob a forma de saída de recurso, redução de ativo ou aumento de passivo, resultando na diminuição do patrimônio líquido e que não seja proveniente de distribuição aos proprietários da entidade.
- **Variação Patrimonial Aumentativa**
Compreende o acréscimo no benefício econômico durante o período contábil sob a forma de entrada de recurso, aumento de ativo ou redução de passivo, resultando na elevação do patrimônio líquido e que não seja proveniente de aportes dos proprietários da entidade.
- **Controles de Aprovação do Planejamento e do Orçamento**
Compreende as contas com função de registrar os atos e os fatos ligados à execução orçamentária.
- **Controles de Execução do Planejamento e do Orçamento**
Compreende as contas com função de registrar os atos e os fatos ligados à execução orçamentária.
- **Controles Devedores**
Compreende as contas em que são registrados atos potenciais e controles específicos.
- **Controles Credores**
Compreende as contas em que são registrados atos potenciais e controles específicos.



- **Atos Potenciais**
Compreende as contas relacionadas às situações não compreendidas no patrimônio, mas que o afetam, exclusivamente as que dizem respeito a atos e fatos ligados à execução orçamentária e financeira e as com função de controle.
- **Administração Financeira**
Compreende o controle dos créditos a serem inscritos em dívida ativa e dos que se encontram em processamento, além das contas de controle dos créditos encaminhados e inscritos em dívida ativa com a sua tramitação.
- **Riscos Fiscais**
Compreende as contas que controlam os riscos fiscais que não preenchem os requisitos para reconhecimento como passivo, conforme identificados no anexo de riscos fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- **Consórcios Públicos**
Compreende as contas que controlam o registro de atos dos consórcios públicos, do ente consorciado e/ou do próprio consórcio, incluindo os controles do contrato de rateio e da prestação de contas, bem como as informações que serão consolidadas no ente consorciado para fins de elaboração dos demonstrativos dos consórcios, conforme Portaria STN nº 72/2012 (BRASIL, 2012).
- **Custos**
Compreende as contas que controlam os custos de bens e serviços produzidos.
- **Outros Controles**
Compreende as contas de controles não especificados anteriormente.

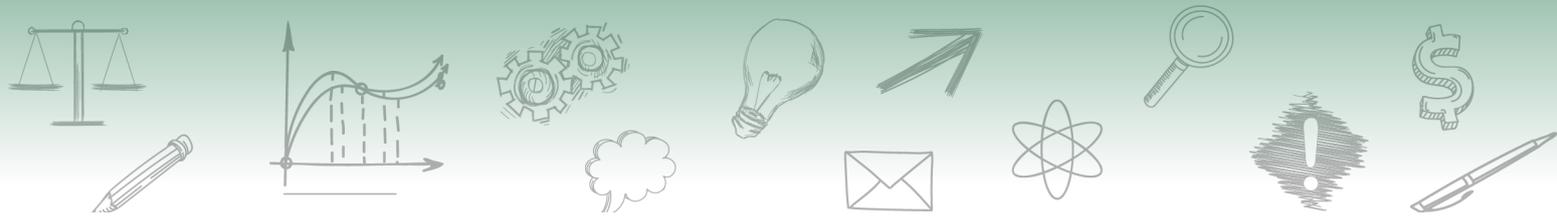
Unidade 2: Relatório Contábil de Propósito Geral (RCPG)

Ao final desta unidade, você deverá ser capaz de selecionar informações e dados específicos dos relatórios.

2.1 Localização e seleção de informação contábil

Neste momento, faz-se necessário detalhar o Relatório Contábil de Propósito Geral (RCPG), começando por algumas de suas características:

- Fornece informações aos usuários com a finalidade de subsidiar a tomada de decisão, a prestação de contas e a responsabilização.
- É essencial para a transparência da informação contábil do governo e de outras entidades do setor público.



- Tem como objetivo atender às necessidades dos usuários em geral.

Demonstrações Contábeis

-  Informação sobre a situação patrimonial.
-  Informação sobre o desempenho.
-  Informação sobre os fluxos de caixa.
-  Informação explicativa.

Outros Demonstrativos

-  Informação orçamentária.
-  Legislação sobre captação e utilização de recursos.
-  Resultado da prestação de serviços.
-  Informação prospectiva.

Apresentação da informação contábil



A seleção, a localização e a organização da informação estão interligadas e devem ser consideradas em conjunto.

A decisão sobre a seleção da informação contábil envolve os seguintes aspectos



Atende à necessidade dos usuários para:

- Identificar os recursos da entidade e as demandas por eles.
- Informar se a entidade adquiriu recursos com economicidade e os utilizou de forma eficiente e eficaz para alcançar os seus objetivos na prestação de serviços.
- Informar as avaliações do desempenho, a liquidez e a solvência da entidade.

Auxilia na avaliação da extensão na qual:

- A entidade satisfaz os seus objetivos financeiros.
- As receitas, as despesas, os fluxos de caixa e o desempenho da entidade estão em conformidade com os orçamentos aprovados.
- A entidade observou a legislação vigente e outros regulamentos que regem a captação e a utilização de recursos públicos.

RCPG

Apresenta informação adicional como, por exemplo:

- Sustentabilidade das finanças públicas da entidade.
- Análise das demonstrações contábeis.
- Informação sobre o desempenho dos serviços.

Fornecer informação relevante sobre:

- Receita, despesa e fluxos de caixa relativos aos serviços.
- A capacidade operacional ou os riscos financeiros que podem impactar no fornecimento do serviço

Existe uma diferença entre a informação selecionada para exposição (display) e para evidência (disclosure):

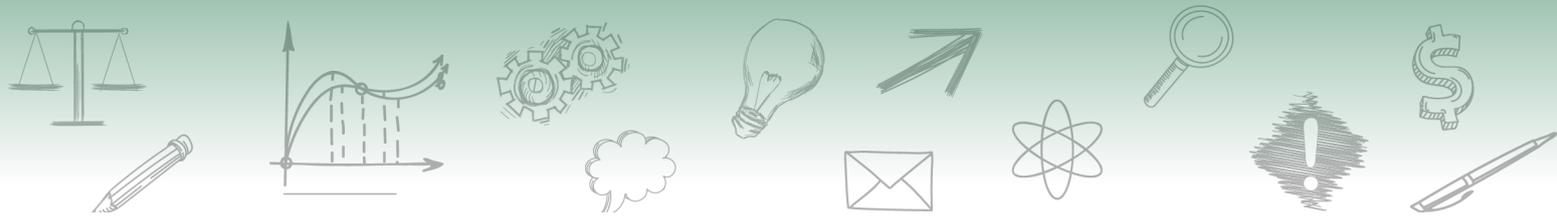


IMPORTANTE !

A evidência não substitui a exposição.

A informação evidenciada em notas explicativas pode incluir:

- Fatores relacionados à entidade que podem influenciar opiniões de partes relacionadas ou participações em outras entidades.



- Políticas contábeis e critérios de mensuração, inclusive métodos e incertezas quanto à mensuração, quando aplicáveis.
- Detalhamentos dos montantes expostos nas demonstrações.
- Itens que não satisfazem a definição do elemento ou os critérios de reconhecimento, mas que são importantes para a compreensão das finanças e da capacidade de prestar serviços da entidade.
- Tendências subjacentes que afetam os totais expostos.

Os princípios aplicáveis à seleção da informação são:

- Evite sobrecarga de informação, pois dificulta a compreensão por parte dos usuários.
- A informação deve ser revisada principalmente com relação à relevância, à materialidade e ao custo-benefício.
- Transações materiais, eventos e outros itens reportados devem ser apresentados de maneira que transmitam a sua essência.
- A informação deve ser apresentada em base suficientemente oportuna.
- Informações adicionais derivadas de fontes distintas do sistema de informação financeira podem ser incluídas.

A escolha da localização deve considerar a informação e o componente contidos no relatório.

IMPORTANTE

A localização pode afetar a maneira como os usuários interpretam a informação e a comparabilidade da informação.



A localização pode ser utilizada para:

- Transmitir a importância da informação e as conexões com outros itens.
- Transmitir a natureza da informação.
- Ligar itens de informações diferentes que se combinam a fim de satisfazer a necessidade de um usuário específico.
- Distinguir a informação selecionada para exposição da selecionada para evidênciação.

As decisões sobre alocar a informação entre as demonstrações contábeis e outros RCPGs consideram:

Natureza	Jurisdição	Conexão
Se a natureza da informação recomenda a inclusão da informação no mesmo RCPG ou em outro.	Se a jurisdição específica regras acerca da localização da informação.	Se a informação adicional necessita estar conectada com a informação incluída em relatório existente.

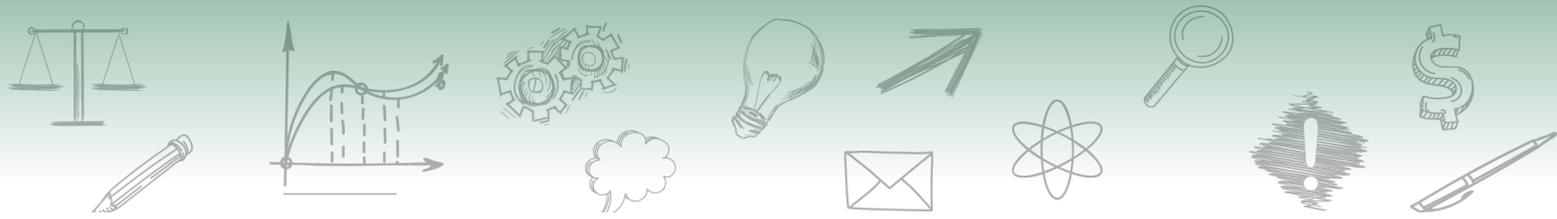
Princípios para organização da informação

Princípios para organização da informação

Demonstrações contábeis: a informação exposta é apresentada em local apropriado e a informação evidenciada é apresentada em notas explicativas.	Outros RCPGs: a informação exposta pode estar junta ou separada da informação evidenciada, com o devido destaque.
---	---

A organização considera o agrupamento e o ordenamento da informação, incluindo:

Disposição da informação no RCPG.	Estrutura geral do RCPG.
Relacionamentos importantes entre as informações.	Se a informação é para exposição ou evidênciação.



IMPORTANTE

A organização da informação pode afetar a interpretação por parte dos usuários.

Os relacionamentos entre as informações incluem:

Aprimoramento	Similaridade	Propósito Comum
<p>A informação pode ser aprimorada por outra.</p> <p>Por exemplo: um gráfico pode aprimorar uma informação narrativa.</p>	<p>Uma informação é baseada em outra.</p> <p>Por exemplo: conciliação entre montantes.</p>	<p>A informação relatada em locais diferentes contribui para os mesmos fins.</p> <p>Por exemplo: recursos financeiros e não financeiros utilizados na prestação de serviços diferentes.</p>

A organização da informação considera os benefícios da apresentação consistente no decorrer do tempo e auxilia a comparabilidade.

ATIVO	Nota	2016	2015
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	1.275.194	1.129.150
Créditos a Curto Prazo	8	219.279	166.303
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	9	272.059	448.394
Investimentos e Aplicações Temporárias a CP	10	92.459	71.607
Estoques	11	37.536	38.276
VPD Pagas Antecipadamente	12	2.984	4.703
Total do Ativo Circulante		1.899.511	1.858.433
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo	13	2.190.987	2.065.316
Créditos a Longo Prazo		1.983.185	1.956.885
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		193.025	93.628
Investimentos Temporários a Longo Prazo		13.097	13.696
Estoques		693	452
VPD Pagas Antecipadamente		987	655
Investimentos Imobilizado	14	475.866	449.962
Intangível Diferido	15	1.596.375	1.397.453
	16	5.940	4.535
		11	184
Total do Ativo Não Circulante		4.269.179	3.917.450



Com isso, vamos compreender a tabela analisando alguns detalhes sobre a organização da informação contábil:

BSPN 2016 BALANÇO PATRIMONIAL – CONSOLIDADO NACIONAL (VALORES COM EXCLUSÕES) R\$ milhões				
ATIVO	Nota	2016	2015	
Ativo Circulante				
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	1.275.194	1.129.150	
Créditos a Curto Prazo	8	219.279	166.303	
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	9	272.059	448.394	
Investimentos e Aplicações Temporárias a CP	10	92.459	71.607	
Estoques	11	37.536	38.276	
VPD Pagas Antecipadamente	12	2.984	4.703	
Total do Ativo Circulante		1.899.511	1.858.433	
Ativo Não Circulante				
Realizável a Longo Prazo	13	2.190.987	2.065.316	
Créditos a Longo Prazo		1.983.185	1.956.885	
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		193.025	93.628	
Investimentos Temporários a Longo Prazo		13.097	13.696	
Estoques		693	452	
VPD Pagas Antecipadamente		987	655	
Investimentos Imobilizado	14	475.866	449.962	
Intangível	15	1.596.375	1.397.453	
Diferido	16	5.940	4.535	
		11	184	
Total do Ativo Não Circulante		4.269.179	3.917.450	

- Tipo e número de demonstrações (cabeçalho padronizado)
- Detalhamento dos totais em subcategorias significativas
- Ordenamento e agrupamento de itens expostos em cada demonstração
- Identificação de agregados (aditivos ou subtrativos)
- Identificação de relações com itens evidenciados.

Os princípios da organização da informação são:





Unidade 3: Desenvolvendo um Relatório Contábil

Ao final desta unidade, você deverá ser capaz de expor a informação contábil da melhor forma.

3.1 Exposição da informação contábil

Considerando a diversidade e a necessidade particular dos usuários da informação contábil, é preciso utilizar ferramentas que possibilitam consultas variáveis, por demanda ou pré-existentes.

Essas ferramentas são conhecidas por Sistemas Gerenciais de Banco de Dados (SGBDs), logo não são sistemas contábeis operacionais, mas gerenciadores dos dados do sistema operacional, como o Tesouro Gerencial.

Por exemplo: a mera extração de dados, tabelas e balancetes do Siafi tornaria impossível a formatação de um relatório por demanda. Assim, é essencial a utilização de um sistema que gerencie tais dados.

Para utilização desses sistemas, é necessário um treinamento específico e o conhecimento dos dados constantes no sistema operacional. Essa parte pode ser um grande problema, pois não basta conhecer aspectos intrínsecos às suas tarefas, é fundamental dominar as tabelas PCASP, ND, NR, FS e seus atributos.

Além disso, é imprescindível saber o planejamento da consulta a ser realizada, pois trabalha-se com grandes quantidades de dados. Por esse motivo, é importante uma definição prévia das informações realmente necessárias.

DESTAQUE

Essa seleção de dados relevantes é conhecida por filtros, os quais definem o tempo, os itens de informação e o valor.

Tipos de informações

- **Tempo (cronologia):**
Os sistemas contábeis operacionais apresentam os registros de lançamentos e saldos contábeis conforme sua competência, mantendo um histórico cronológico.

Além disso, as tabelas PCASP, ND, NR, FS, entre outras são alteradas com o decorrer do tempo, fazendo com que haja uma mudança qualitativa das codificações, algo extremamente relevante para consultas, visto que estas consideram em seus filtros as tabelas de acordo com o período relacionado.



- **Itens de informação:**

São dados e tabelas geridos pelo sistema contábil operacional. Esses itens correspondem ao detalhamento necessário para se realizar o registro conforme a natureza de informação.

As principais tabelas são a unidade contábil e o plano de contas. Entretanto, existem outras para a realização dos detalhamentos das informações, conhecidas por informações complementares (IC).

Cada natureza de informação contábil do PCASP possui um conjunto de IC relacionada. São elas:

Todas as contas contábeis

Poder e órgão: indica a unidade contábil.

Natureza de informação patrimonial

- **Indicador do superávit financeiro (ISF):** indica se as contas são financeiras ou permanentes. Somente o ativo e o passivo possuem essa informação complementar, portanto não se aplica ao patrimônio líquido.
- **Fonte de recursos:** indica se os ativos financeiros serão aplicados e se estão vinculados em obrigações financeiras com a mesma fonte de recurso.
- **Dívida consolidada:** indica as contas do passivo que irão compor o cálculo da dívida consolidada.

Natureza de informação orçamentária

- **Célula da receita:** detalha o planejamento e a execução orçamentária da receita em FR e NR.
- **Célula da despesa:** é um detalhamento extenso da despesa orçamentária, desde o planejamento até a execução no exercício ou como restos a pagar, possibilitando sua apresentação por diversos aspectos: FR, ND, FS e programa da despesa.

Outros itens de informação

Estão presentes na Matriz de Saldos Contábeis (MSC), enviada para o Tesouro Nacional via Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi).

- **Valor (base de mensuração):**

Os sistemas contábeis operacionais possibilitam a realização de registros entre moedas diferentes, considerando seu valor cambial no momento do registro ou da ocorrência



do fato gerador. Porém, ao realizar a pesquisa, é necessário reajustar o câmbio ao valor da data da consulta.

As buscas podem considerar: saldo inicial, saldo final, valor a débito e valor a crédito. Além disso, elas podem estar relacionadas a transações específicas, constantes nos documentos contábeis. Isso dependerá da finalidade da informação e se o valor será estático, dinâmico ou específico à transação descrita no documento contábil. O valor estático é o saldo em um momento específico e o dinâmico considera a variação do saldo durante determinado período.

1. Valor da moeda (inflação).
2. Diferentes tipos de moedas.
3. Saldo ou movimentação da conta.
4. Valor do documento contábil.

Observação: no Tesouro Gerencial, a definição dos tipos de valores é conhecida por métrica.

Roteiro de formatação do relatório

A formatação do relatório deve seguir o seguinte roteiro:

Definição dos parâmetros (atributos)

- Definição do período
 - ✓ Mês de referência
- Consulta construída
 - ✓ Contexto
 - ✓ Apresentação
 - ✓ Cabeçalho
- Item de informação
 - ✓ Unidade contábil
 - ✓ PCASP
 - ✓ Informação complementar
 - Indicador de superávit financeiro
 - Indicador da dívida consolidada
 - Fonte de recurso
 - Natureza de despesa
 - Natureza de receita
 - Função e subfunção
 - Tabela de programação da despesa
 - Outros itens de informações



- Documentação auxiliar geradora de informação contábil
 - ✓ Documento ágil
 - ✓ Documento hábil
- Grupos de itens
 - ✓ Filtros
- Escolha do valor

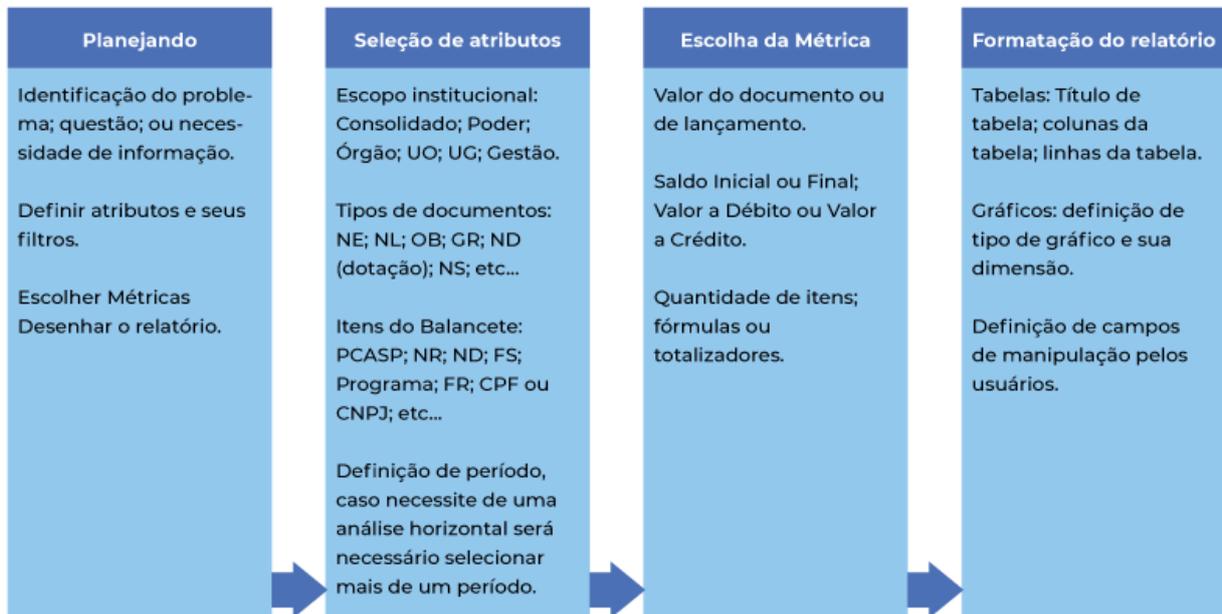
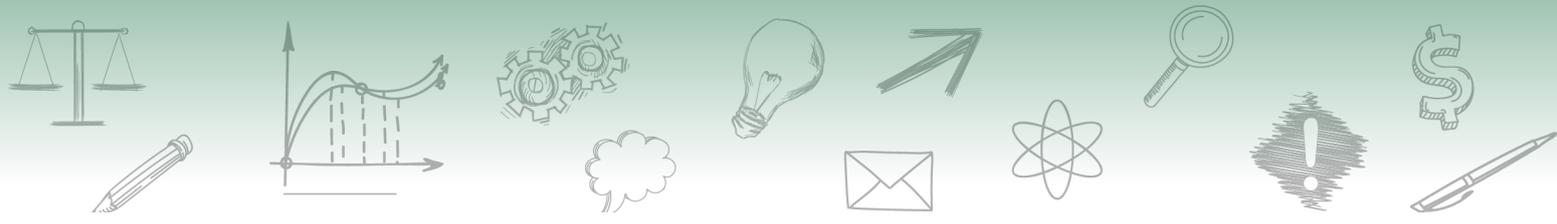
Seleção de métricas

- Informação estática
 - ✓ Saldo inicial
 - ✓ Saldo final
- Informação dinâmica
 - ✓ Valor debitado
 - ✓ Valor creditado
- Informação constante em documento contábil
 - ✓ Valor do documento
- Totalizadores e fórmulas

Seleção de filtros dos atributos

- Especificação de unidade contábil
- Determinação de período
- Determinação de itens

Acompanhe a seguir o esquema que representa o roteiro de formatação do relatório:

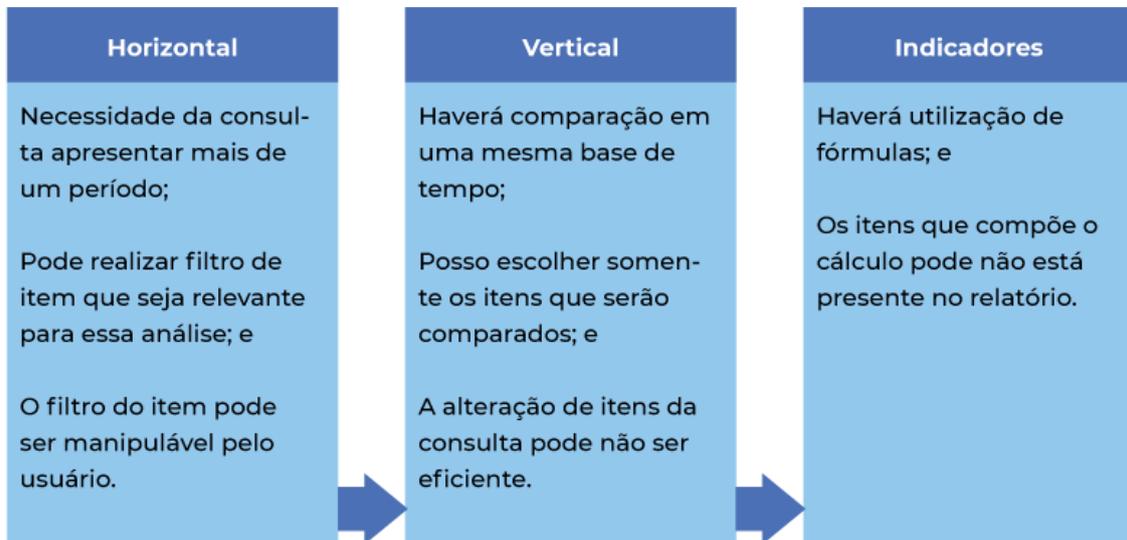


Após a elaboração do relatório, é essencial buscar informações sobre a sua adequação às necessidades dos usuários.





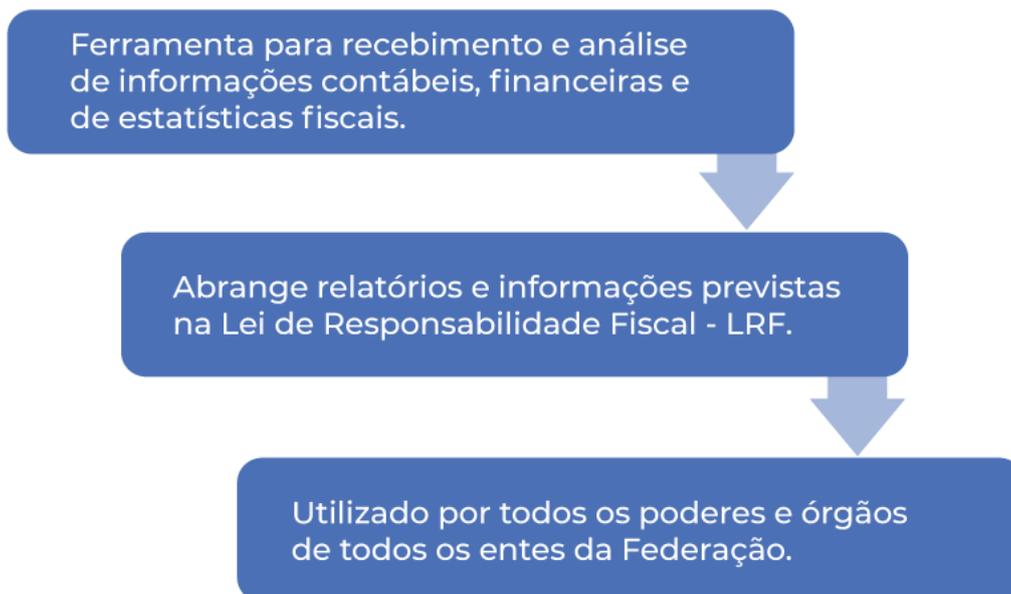
Tipos de análises



Unidade 4: Siconfi e Matriz de Saldos Contábeis (MSC)

Ao final desta unidade, você deverá ser capaz de compreender sobre o Siconfi e a Matriz de Saldos Contábeis.

4.1 Siconfi





Os objetivos do Siconfi são:

- ✓ Melhorar a qualidade da informação do Setor Público
- ✓ Melhorar a forma de obtenção e divulgação de dados
- ✓ Ser uma ferramenta de recebimento de informações

DESTAQUE

É por meio do Siconfi que os entes da Federação enviam as suas matrizes de saldos contábeis.

4.2 Matriz de Saldos Contábeis (MSC)

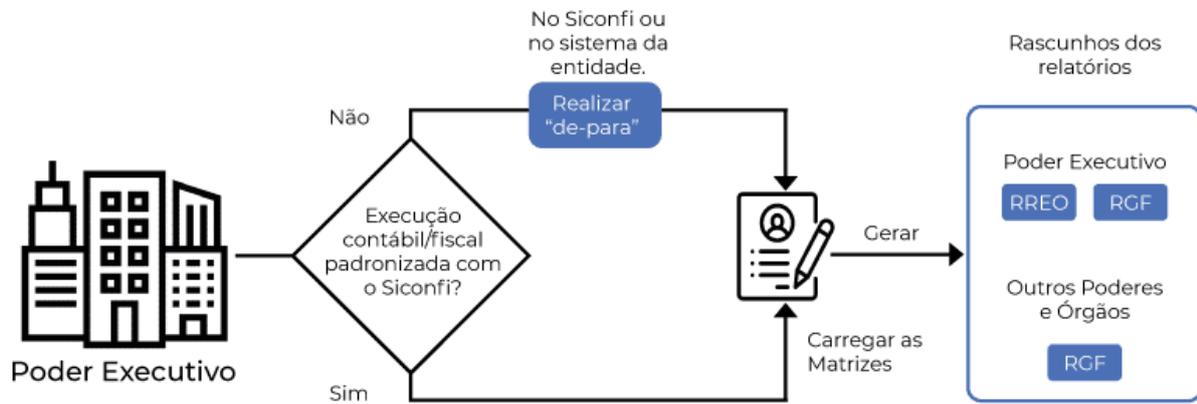
A MSC é um conjunto de dados padronizados que representa o balancete de um ente da Federação cujo detalhamento é exposto mediante informações complementares pré-definidas no layout da MSC. Acompanhe, a seguir, a sua apresentação:

Identificador e período		Informações complementares								Valores no período		Saldo Inicial Movimento Saldo Final	
29EX 2018-01		CONTA	IC1	TIPO 1	IC2	TIPO 2	IC3	TIPO 3	IC4	TIPO 4	VALOR	TIPO_VALOR	NATUREZA_VALOR
PCASP Estendido	52210100	1011	F5	04122	PO	1001	FR	3190160000	ND	ND	0,00	beginning_balance	D
	52210100	1011	F5	04122	PO	1001	FR	3190160000	ND	ND	1897014,33	period_change	D
	52210100	1011	F5	04122	PO	1001	FR	3190160000	ND	ND	0,00	period_change	C
	52210100	04122	PO	1011	F5	3190160000	ND	1001	FR	FR	1897014,33	ending_balance	D
	52210100	04122	PO	1011	F5	3190160000	ND	1001	FR	FR	0,00	beginning_balance	D
	52210100	04122	PO	1011	F5	3190160000	ND	1001	FR	FR	4166,56	period_change	D
	52210100	04122	PO	1011	F5	3190160000	ND	1001	FR	FR	0,00	period_change	C
	52210100	04122	PO	1011	F5	3190160000	ND	1001	FR	FR	4166,56	ending_balance	D

A principal função da MSC é o preenchimento das DCASP, do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF).



A seguir, acompanhe a representação da geração desses relatórios:





Referências

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 24 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 8. ed. Brasília, DF: STN, 2018. Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:31484. Acesso em: 14 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Portaria nº 72, de 1º de fevereiro de 2012. Estabelece normas gerais de consolidação das contas dos consórcios públicos a serem observadas na gestão orçamentária, financeira e contábil, em conformidade com os pressupostos da responsabilidade fiscal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 149, n. 24, p. 29-30, 2 fev. 2012. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=02/02/2012&jornal=1&pagina=29&totalArquivos=112>. Acesso em: 31 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 8. ed. Brasília, DF: STN, 2018. Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:31484. Acesso em: 14 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 8. ed. Brasília, DF: STN, 2018. Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:31484. Acesso em: 14 maio 2021.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm. Acesso em: 14 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 8. ed. Brasília, DF: STN, 2018. Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:31484. Acesso em: 14 maio 2021.